



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



Ata da Reunião Ordinária do CIAMPRua/PR — 18/06/2024

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Ao décimo oitavo dia do mês de Junho de 2024 às 10h30 em formato híbrido, presencialmente na Sala de Reuniões do 6º Andar, Ala B do Palácio das Araucárias em Curitiba (PR) e *online*, realizado por meio da plataforma da CELEPAR; deu-se início à Reunião Ordinária do mês de Junho de 2024 do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná — CIAMPRua/PR. Fizeram-se presentes:

Representantes Titulares Governamentais: Rosane de Souza Freitas (SESA); Rafael Rossato (SEJU); **Representantes Suplentes Governamentais:** Marli Aparecida Casprov Corcini (SEED); Patrícia Cavichiolo Tortato (SEDEF).

Representantes Titulares da Sociedade Civil: Júlia Stefania Bezerril Miranda (OAB/PR); Leonildo (MNPR); Nazaré de Campos (Bom Samaritano);

Representantes Suplentes da Sociedade Civil: —. **Equipe da Gestão DRUA:** —.

Autoridades Presentes: —. **Convidados (as) Especialistas, Parceiros, Colaboradores (as):** Gislaine (ACC/SEJU); Juliana Maia (MPPR); Regis Rogério Vicente Sartori (MPPR); Keiko Saito (SEJU); Giovana (MPPR); Elen Cristina; Matheus Mafra (NUCIDH/DPPR); Daiana (Casa de Acolhida); **Justificativa de Ausência:** Sem justificativas de ausência. **1. Abertura:** A princípio, Gislaine saudou a todos (as) e realizou a chamada nominal para registro em ata. Após a chamada foi dada abertura à Reunião Ordinária do Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política para a População em Situação de Rua do Estado do Paraná (CIAMPRUA/PR). **2. Aprovação da pauta:** A seguir, Gislaine indagou se todas (os) receberam a pauta da reunião — sem manifestações contrárias, aprovada. **3. Aprovação da Atas de Abril e Maio:** Gislaine informou que a ata foi previamente encaminhada via *e-mail* e indagou se todos (as) estavam de acordo com sua aprovação — sem ressalvas, ata aprovada. **3. Informes:** Primeiramente, Leonildo informou que o GT de Moradia deve ser criado e o horário das reuniões alterado para o período da tarde para melhor atender os (as) participantes, além disso, indicou que a minuta para o CIAMPRua/PR virar Conselho já estava pronta e

31 deve ser apreciada. Ademais, Leonildo informou que teriam uma reunião com a
32 COHAPAR e o Município de Araucária para dialogar sobre a execução do Moradia
33 Primeiro. Gislaine informou que o ofício da Visita Técnica no CentroPop de São José
34 dos Pinhais só foi respondido ontem, por tanto, devido o tempo curto para execução,
35 faria uma nova solicitação de agenda e encaminharia no grupo para conhecimento
36 de todos (as). **4. GT de Enfrentamento à Violência Contra PSR:** Leonildo informou
37 que chegaram a um consenso de que seria melhor realizar reuniões
38 descentralizadas do CIAMPRua, assim, garantem uma maior participação das
39 pessoas do interior do estado, pois sendo comitê, não é possível custear
40 passagens/hospedagem para os (as) participantes. Portanto, foi marcada para o dia
41 18 e 19 de Julho uma reunião descentralizada do CIAMPRUA em Maringá, onde
42 também será realizado um Seminário com vários municípios. Em setembro, está
43 previsto que aconteça outra reunião descentralizada em Ponta Grossa e, por fim, no
44 Litoral. **5. Panorama do 'Vidas Aquecidas':** Patrícia informou que o panorama é
45 positivo, dos 58 municípios contemplados pela Deliberação, 55 municípios aderiram,
46 sendo a maioria próximos à Região Metropolitana de Curitiba e outros que registram
47 temperaturas mais baixas nesta época do ano. A seguir, Patrícia informou que será
48 substituída pela Elen no CIAMPRua, pois ela mudou de divisão. Giovana perguntou
49 quais municípios não aderiram. Patrícia respondeu que os municípios que não
50 aderiram foram: Pinhão; Pien e Mariaópolis. Leonildo sugeriu que o CIAMPRUA
51 encaminhe um ofício embasado na ADPF 976 para os municípios que não aderiram,
52 para orientar os municípios de que deve haver acolhimento e políticas para a PSR,
53 mesmo com a justificativa de que “não tem PSR no local”. Giovana informou que
54 esse ofício já foi feito para todas as Promotorias de Direitos Humanos do Estado do
55 Paraná. Patrícia relembrou que havia sido encaminhado um ofício para todos
56 municípios indagando essas questões, mas as respostas ainda não haviam sido
57 pautadas. **6. Violência Contra PSR:** A princípio, Rodrigo indicou que os dados
58 trazidos eram desde do início de 2021 até dezembro de 2022 e de tudo que foi
59 sistematizado, foram cerca de 55 denúncias ao longo de 16 meses e em sua maioria
60 na Região Metropolitana de Curitiba. Rodrigo informou que há uma classificação

61 pelo tipo de violência e em sua maior parte são questões institucionais, pois estão
62 ligadas ao Estado/Município/Órgãos de Segurança Pública e implicam violência
63 física, psicológica e/ou racial. Portanto, é perceptível que os maiores problemas são
64 aquelas violências que não são acidentais, causando maiores preocupações quanto
65 ao que tange os direitos humanos e essa violência causada pelo próprio Estado —
66 principalmente da Guarda Municipal. Além disso, a maioria dos casos são contra
67 pessoas negras e pessoas trans. Portanto, desde o início deste trabalho foi
68 identificada uma melhora quanto a retirada de pertences da PSR pelos agentes de
69 Segurança Pública, pois a recomendação que foi feita para o NUCIDH/Prefeitura é
70 de que isso não mais ocorra e as forças de segurança sejam chamadas somente
71 quando convocadas pela FAS. As publicações e demais dados podem ser
72 acessados no link: < http://observatoriopopruapr.org/?page_id=1656 >. Leonildo
73 destacou a falta de seriedade da Segurança Pública quanto às denúncias de crimes
74 praticados contra a PSR, uma desumanização, exemplificando que, o mesmo
75 homem que matou o homem que defendeu um casal LGBT no ônibus, dias antes
76 havia assassinado uma pessoa em situação de rua na Praça Rui Barbosa, porém,
77 não foram atrás do assassino e ele acabou cometendo outro crime. A reunião do GT
78 foi marcado para sexta-feira (21) das 13h às 17h. **7. Nota Técnica:** A seguir,
79 Giovana apresentou algumas das sugestões que realizou na Nota Técnica e o
80 Comitê avaliou cada uma para aprovar (ou não) em plenária. Assim, Giovana
81 realizou a leitura dos principais pontos modificados e os explicitou para todos (as)
82 presentes. Por fim, após a leitura, Giovana indagou se a versão atual da Nota
83 Técnica atende ou se será necessário construir uma nova. Leonildo registrou que
84 estava de acordo e que a nota deveria ser encaminhada o mais rápido possível,
85 além disso, que também seja apresentada no COPEDH/PR. Não houve
86 divergências/manifestações quanto às alterações propostas pela Giovana, portanto,
87 a Nota foi considerada aprovada. Matheus lembrou que o CIAMPRUA em parceria
88 com as instituições/órgãos do comitê haviam minutado em conjunto um ofício
89 destinado ao Estado, solicitando respostas sobre como o Estado do Paraná
90 cumpriria as determinações da ADPF, porém, ao indagar a Dulce (Coordenadora da



COMITÊ INTERSETORIAL DE ACOMPANHAMENTO
E MONITORAMENTO DA POLÍTICA DA POPULAÇÃO EM
SITUAÇÃO DE RUA DO ESTADO DO PARANÁ



91 época) foi notificado que o ofício em questão ainda não havia sido enviado. Portanto,
92 Matheus solicitou que o Ofício seja enviado ao Estado para provocar as estruturas
93 estaduais para que gere movimentações internas e que o Comitê tenha dados de
94 como a decisão estava sendo cumprida. Giovana solicitou que a Secretaria
95 Executiva oficie a Secretaria de Segurança Pública questionando quem os
96 representará no CIAMPRua/PR, pois o Delegado Cláudio Marques saiu no início do
97 ano e seu suplente não estava participando das últimas reuniões. **8. Encerramento:**
98 Por fim, Gislane agradeceu a presença de todos (as) e deu encerramento à Reunião
99 Ordinária do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política
100 da População em Situação de Rua do Estado do Paraná. A presente ata foi lavrada
101 por Davi da Rosa.